

em face do resultado consignado pela i. Comissão competente na Ata (publicada em 5.nov.2025) da Sessão Pública (ocorrida em 3.nov.2025) para Distribuição das Demandas de Serviços Médicos, compreendidas nos Lotes nºs 4, 5, 6 e 21, na forma do Edital do Chamamento Público acima referenciado, pelas razões que adiante seguem:

RECURSO ADMINISTRATIVO

VMP MÉDICOS ASSOCIADOS E CIA. LTDA, já qualificada no âmbito dos autos do procedimento em epígrafe, neste ato representada por seu sócio administrador Mateus Martinelli de Oliveira, por seus advogados adiante assinados, Jacinto Nelson de Miranda Coutinho e Alice Silveira de Medeiros, inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, sob os números 8.862 e 49.070, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, com fundamento no art. 5º, XXXIV, alínea a, da Constituição da República, no art. 25 e ss., da Lei nº 14.133/2021, no item 11.4 c/c item 14.3, do Edital de Credenciamento nº 09/2025, e demais dispositivos legais aplicáveis, interpor

Recebido na FUNEAS
Data 12/11/25
Hora 16:55

(Ref. Edital de Credenciamento/Chamamento Público nº 09/2025)

ILUSTRÍSSIMO SENHOR DIRETOR PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO
ESTATAL DE ATENÇÃO EM SAÚDE DO PARANÁ – FUNEAS

² Que “[e]stabelece normas sobre licitações, contratos administrativos e convênios no âmbito dos Poderes do Estado do Paraná”.

contratação;

contratação e, nas hipóteses dos incisos I e II do caput deste artigo, deverá definir o valor da

III - o edital de chamamento de interessados deverá prever as condições padronizadas de distribuição da demanda;

imediate e simultânea de todos os credenciados, deverão ser adotados critérios objetivos de

II - na hipótese do inciso I do caput deste artigo, quando o objeto não permitir a contratação (...)

observadas as seguintes regras:

Parágrafo único. Os procedimentos de credenciamento serão definidos em regulamento, (...)

Art. 79. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:

03. Em linha de convergência e complementaridade, a Lei estadual nº 15.608/2007², no art. 25, V, elenca “a rotatividade entre todos os credenciados” como um dos requisitos dos processos de Credenciamento, sob a clara oportunidade entre os interessados” (cf. caput).

estabelecido para distribuição da demanda, o qual deverá garantir a igualdade de realizada de acordo com as regras do edital, respeitado o critério objetivo parâmetros e não excluídos, a convocação dos credenciados para contratação será diploma regulamentar também estabelece que: “[n]a hipótese de contratações acerca dos “critérios para ordem de contratação dos credenciados”, este mesmo

02. No art. 9º, caput, dispõe, especificamente,

dos credenciados, quando for o caso” (inciso VI).

da demanda, quando for o caso” (inciso V) e ii. “critério para ordem de contratação procedimentos de Credenciamento deverão estipular i. “critério para a distribuição o art. 79, da Lei nº 14.133/2021), no art. 7º, incisos V e VI, prevê que os editais dos federal nº 14.133/2021¹, como se sabe, o Decreto nº 11.878/2024 (que regulamentava com as regras (gerais) definidas no art. 79, parágrafo único, incisos II e III, da Lei 01. BASE LEGAL E EDITALÍCIA. Em consonância

SERVIÇOS INTEGRADOS AO “LOTE 4” (CIRURGIA GERAL):

I. RAZÕES RECURSAIS: DIVISÃO DOS

realizada no dia 3.nov.2025, objetivamente, conclui-se que: para divisão das pela convocação de todas as empresas habilitadas/credenciadas para a sessão

07. Uma vez que a Funeas optou, no plano concreto,

06. Pois bem.

sorteio.

respectiva(s) demanda(s) viria a ser solucionada (alternativamente) pela via do é, caso não se verificasse possível o acordo –, a questão da alocação da(s) distribuição da demanda deveria ser acordada entre os presentes. Do contrário – isto procederia à seleção dos interessados via sorteio; mas se, *iii. por acaso viesse*, a todos os credenciados para a realização do serviço, sendo que, *iii. caso não viesse*, qualificação dos interessados, poderia – ou não – vir a convocar, ao mesmo tempo, disposições editais que a Funeas, de antemão, explicou que: *i. após a fase de pré-05. Depreende-se do conteúdo (associado) destas*

12.4 Caso não seja possível acordo entre os presentes acerca da distribuição das demandas, se realizará sorteio para se alocar cada demanda, distribuída por padrões estritamente impessoais e aleatórios, observando-se sempre o critério da rotatividade conforme estabelecido no art. 7º, inciso V e VII do Decreto nº 11.878/2024.

12.3 Caso não se pretenda a convocação, ao mesmo tempo, de todos os credenciados para a realização do serviço, a FUNEAS realizará sorteio para determinar quais serão os interessados selecionados para tanto. Os interessados não selecionados comporão lista de espera, cuja ordem de classificação será igualmente sortead.

04. Com relação à efetiva contratação das empresas habilitadas e à distribuição das demandas, o instrumento convocatório do certame em questão (Edital nº 9/2025) estipulou, substancialmente, o seguinte:

determinação da demanda por credenciado”.
(e textual) advertência de que: “sempre excluída a vontade da Administração na

10. Com efeito, preconizou-se o emprego de um estrito padrão de “equanimidade” que – se rigorosamente observado –, culminaria na destinação/delegação, para cada empresa, da fração comum de 1/4 (um quarto) do volume total das horas de serviço/plantões integrada ao Lote em questão, haja vista que o quantitativo dispar de profissionais/médicos indicados – e, efetivamente, habilitados – para atuar em nome de cada uma delas foi (peremptoriamente) descartado como um fator de *discrimen* a ser considerado.

09. Com o devido respeito, a pretexto de garantir o implemento de um padrão equânime de divisão das correlativas demandas entre as 4 (quatro) empresas habilitadas – uma delas, inclusive, ainda, *sub judice* –, o agente designado para a condução da Sessão realizada na data de 3.nov.2025, acabou relegando a aplicação (fidel) das regras pertinentes estabelecidas no Edital; e, ao fim e ao cabo, conferindo tratamento anti-isonômico à empresa ora requerente. Veja-se:

08. **INSURGÊNCIA: MOTIVAÇÃO CONCRETA.** Ao menos no que se refere à divisão/distribuição dos serviços integrados ao “Lote 4” (Cirurgia Geral), infelizmente, porém, não foi assim que aconteceu.

demandas integrantes dos lotes de serviço, para cuja assunção/prestação restaram habilitadas duas ou mais empresas, em atenção às regras do Edital, os agentes encarregados da condução do ato apenas poderiam ter adotado a via (condicional e alternativa) do “sorteio” se – somente se –, apesar de terem oportunizado e permitido aos presentes que esgotassem a via do diálogo, mediando eventuais disputas e incentivando a outorga de concessões mútuas, tivessem – por motivos alheios à sua vontade – realmente, verificado não ser possível proceder à distribuição consensual da(s) demanda(s). Sim, porque, afinal, a decisão pela substituição do uso do critério preferencial (“acordo”), especificado no Edital por esse outro excepcional (“sorteio”), precisaria, inclusive – como é primário – ser devidamente justificada/motivada.

15. Concretamente, duas das empresas habilitadas/credenciadas arrolaram apenas um médico para atender a especialidade de Cirurgia (quais sejam, as empresas A F de Oliveira Serviços Médicos Ltda. e Ivo Baptista Junnior Ltda.), sendo que, tanto um (Ademir Faria de Oliveira),

14. Pois bem.

13. Agora, considerando que é =720 o número de horas abarcado num mês com 30 dias, verifica-se que, materialmente, uma divisão de 73% do tempo mensal (global) de qualquer profissional. Logo, não parece precipitado deduzir que, se todas as empresas que manifestaram interesse nesse Lote de serviços tivessem indicado/habilitado 1 (único) médico para atuar em seu nome, nenhuma delas conseguiria fazer frente à demanda (exata) de 1/4 de horas. Nem mesmo se se dispusesse a trabalhar em regime de dedicação exclusiva.

12. Ficaria, portanto, a cargo de cada uma das empresas uma fração total de 530 horas mensais, equivalentes a uma média (global) de 44 plantões/mês.

Lote 04	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE DE HORAS	TOTAL DE HORAS
Item 01	CIRURGIA GERAL Emergência e Centro Cirúrgico	Diurno correspondente a 3 profissionais de plantão 12h presenciais	1.116
		Noiturno correspondente a 2 profissionais de plantão 12h presenciais	744
Item 02	CIRURGIA GERAL Ambulatório	Diurno correspondente a 1 profissional 12h presencial (segunda a sexta)	260
Frações de 1/4			279 186 65

11. Na prática, segundo lógica adotada pela Administração, o produto que resultaria da equação aritmética (divisão por 4 do número total de horas mensais) a ser realizada seria o seguinte:

19. É nítido, com a máxima vênia, que a administração agiu de forma seletiva na escolha e na aplicação dos critérios definidos para a Divisão da Demanda compreendida no Lote 4; e que, ao fim e ao cabo, sujeitou a empresa ora recorrente a tratamento isonômico.

18. Por outro lado, quando os representantes da empresa ora recorrente pedir para fazer uso da palavra, a fim de postular que esse remanescente de horas fosse revertido em seu favor, instando os demais interessados a manifestar concordância, o mesmo agente obteve o prosseguimento do diálogo – e, assim, o início de uma eventual negociação, tendente à chegada em “acordo” –, dizendo, basicamente, que o Edital do certame não permitiria uma tal espécie de ajuste. O representante de uma das empresas (denominada Clarimed Serviços de Saúde S.A) que poderia vir a discordar chegou até a opinar favoravelmente (de forma verbal). Mesmo assim, o agente competente manteve a negativa.

17. Sem ruptura da lógica subjacente àquele padrão de “equanimidade” adotado pela administração, isso não poderia acontecer. Apenas pela via do “acordo” algo assim seria admissível, no caso. O agente que estava presidindo o ato não apresentou, porém, qualquer objeção. Nem mesmo questionou se algum dos demais interessados presentes teriam – eles – alguma objeção a opor.

16. Seguramente, não por outro motivo, isto é, por terem ciência da absoluta inviabilidade de assunção da soma total de horas correspondente a 1/4 das horas reservadas pelo Edital à especialidade de Cirurgia Geral, ambos se manifestaram (publicamente), durante a Sessão de Divisão/Distribuição dos Serviços renunciando a parcela – que julgaram mais conveniente – dos plantões a que fariam *jus*, em tese.

quanto o outro (Ivo Baptista Junir) residem e prestam (paralelamente) atendimentos em cidades distantes do Município de Paranaíba.

23. A despeito de tudo isto, a i. Comissão de Credenciamento decidiu convocar todas as empresas credenciadas para participar da Sessão de Divisão da Demandas – incluindo aquela habilitada em caráter precário –; e, além de relegar a aplicável do critério preferencial (“acordo”) estabelecido, para tanto, no Edital, acabou instituindo, no lugar dele, uma espécie de padrão de

contratação simultânea de todos não se mostrar necessária/conveniente. eventuais interessados/credenciados não selecionados, de plano, quando a item 12.3, do Edital do certame em questão viabiliza a formação de lista espera por credenciamento não obriga a administração pública a contratar”, ao passo que o que regulamenta o art. 79, da Lei federal nº XXX, tem-se, ainda, que “[o] de pessoas jurídicas; vi. de acordo com o art. 4º, do Decreto 11.878/2024 (já referido), v. não foi aberta a possibilidade de habilitação (individual) de pessoas físicas, tão-só máximo) de profissionais arroláveis/habilitáveis em cada especialidade; além disto, mesmo tempo, para a efetiva prestação dos serviços, tampouco número (mínimo e/ou máximo) de empresas habilitadas/credenciadas que poderiam ser convocadas, ao mais de uma empresa além da sua; iv. o Edital delimitou um número (mínimo e/ou proibe que profissionais médicos sócios de empresas habilitadas prestem serviços por taxativa (admitindo a medida apenas em situações emergenciais), o Edital do certame eventualmente – vir a ser desconstituída; iii. além de vedar subcontratações, de forma (4 em cada), sendo que a habilitação da SmartMed se encontra *sub judice* e pode – Smart Med Serviços S.A.) foram habilitados apenas outros 8 (oito) cirurgiões gerais restaram habilitadas/credenciadas no Lote 4 (Clarimed Serviços de Saúde S.A e recorrente, 22 (vinte e dois) foram habilitados; ii. junto à outras duas empresas que especialistas arrolados pela empresa VMP Médicos Associados Ltda., ora fático-jurídicos demais significativos levam a tal conclusão: i. dos 25 (vinte e cinco) 21. Não há apenas um, mais alguns elementos

20. O pior e mais grave, respectivamente, é que, com isso, reflexivamente, o próprio interesse público acabou vulnerado. Veja-se:

3 Todas as demais razões fático-jurídicas que respaldaram a sua insurgência vão ora mencionadas e reiteradas de forma remissiva, por economia.

01. Precipuanamente, com base na previsão do art. 80, § 7º, da Lei de Licitações, que (textualmente) admite que a pré-qualificação em processos de Credenciamento seja parcial ou total, a ora recorrente não impugnou a inclusão de plantões de sobreaviso nos Lotes 5 (Cirurgia Torácica), 6 (Cirurgia Vascular) e 21 (Urologia)3, como, ao postular habilitação/credenciamento para o

II. RAZÕES RECURSAIS: DIVISÃO DOS SERVIÇOS INTEGRADOS AOS “LOTES 5 (CIRURGIA TORÁCICA), 6 (CIRURGIA VASCULAR) E 21 (UROLOGIA):

24. Especialmente porque o Edital não viabilizou a habilitação direta de pessoas físicas no certame, tampouco estabeleceu quantitativo uniforme de profissionais a serem habilitados, no âmbito de cada pessoa jurídica interessada, a i. Comissão de Credenciamento – e, assim, a Funeas, em última análise – jamais poderia ter deixado um efeito adverso, desse porte, a descoberto. E menos ainda se negado, respeitosamente, a ponderar acerca da necessidade de concepção e implementação de uma outra métrica de distribuição que tivesse a aptidão de garantir a efetiva distribuição equitativa dos serviços/procedimentos entre os profissionais credenciados.

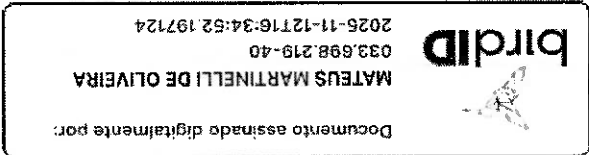
“equidade” subjetiva, que – como visto – além de ter sido imposta às empresas de forma seletiva e anti-isonômica, terminou preterindo, pessoalmente, uma quantidade expressiva de profissionais que foram devidamente habilitados, junto à VMP. Claro, porque, juntos, os médicos vinculados à VMP representam mais de 70% da soma total dos médicos habilitados na especialidade de Cirurgia Geral; e, da maneira como os plantões foram divididos, para grande maioria deles não haverá espaço para atuação.

JACINTO NELSON DE MIRANDA COUTINHO O.A.B./PR nº 8.862
ALICE SILVEIRA DE MEDEIROS O.A.B./PR nº 49.070

JACINTO NELSON
DE MIRANDA
COUTINHO-4283614
Assinado de forma digital por
JACINTO NELSON DE
MIRANDA
Data: 2025.11.12 16:36:26
-03'00'

ALICE DANIELLE
SILVEIRA DE
MEDEIROS
Assinado de forma digital por
ALICE DANIELLE
SILVEIRA DE MEDEIROS
Data: 2025.11.12 16:35:49
-03'00'

VMP MÉDICOS ASSOCIADOS E CIA. LTDA.
CNPJ/MF nº 09245610/0001-20
Mateus Martinelli de Oliveira (CRM/PR nº 20.886) – Sócio Administrador



Curitiba, 12 de novembro de 2025

Pede deferimento.

sem sacrifício injustificado a direito individual, tampouco ao interesse público. serviços – como se espera –, com respeito às regras de regência da matéria e, logo, empresa ora recorrente possa se seguir a sua efetiva contratação/prestação dos todos os aspectos ora discutidos, de maneira a que a habilitação/credenciamento da divisão/distribuição das Demandas de Serviços integradas aos Lotes 4, 5, 6 e 21, em posições/decisões firmadas pela i. Comissão de Credenciamento na fase de espera e requer digno-se Vossa Excelência a rever as

POSTO ISTO,

02. A despeito de ter sido a única empresa habilitada/credenciada para prestação dos serviços integrados aos Lotes de Serviço em questão, não seria prudente que, agora, mudasse de posição. Seja porque o cenário material não se modificou, seja porque não há regra (legal ou editalícia) que a compila/obrigue a assumir essa parcela das demandas, com a máxima vênia.

assumir essa frente de atuação. reunindo – condições materiais (logísticas, operacionais, financeiras e pessoas) de estendia aos plantões de sobreaviso. Sobre tudo, porque não reunia – e segue não consignou ressaltava no sentido de que o interesse manifestado na contratação não se atendimento das demandas integradas a esses Lotes de serviço, expressamente,